

E se deixássemos de caçar?

Caçar e gerir caça e territórios nos dias de hoje implica conhecimento, responsabilidade, investimento e risco, e tornou-se imprescindível adaptar e autorregular comportamentos e atitudes, comunicar com eficácia e prudência, evoluir com a mudança. Quem não tem consciência destas transformações e necessidades põe em causa a possibilidade de se continuar a caçar, prejudica o coletivo de caçadores e coloca em causa a viabilidade dos recursos silvestres.

TEXTO: MÓNICA V. CUNHA (INVESTIGADORA DO INIAV IP | COORDENADORA DA ÁREA DA FAUNA SILVESTRE, CAÇA E BIODIVERSIDADE DO INIAV E MEMBRO DA DIREÇÃO DO CENTRO DE COMPETÊNCIAS PARA O ESTUDO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DAS ESPÉCIES CINEGÉTICAS E BIODIVERSIDADE)
FOTOS: ISTOCK E ARQUIVO



Está bem estabelecido e divulgado que as espécies cinegéticas constituem um património natural renovável, que assumem um papel ecológico fundamental, providenciando diversos serviços de ecossistemas. Que a sua exploração ordenada, de acordo com princípios do desenvolvimento sustentável e através do exercício de práticas de gestão de territórios rurais, constitui um fator de riqueza nacional, de desenvolvimento regional e local, de valorização do mundo rural e de coesão territorial e social. Também é hoje realçado que a **exploração cinegética e a caça potenciam o desenvolvimento socioeconómico**

e a **vigilância de territórios** com baixa densidade populacional e que podem constituir instrumentos prioritários no combate à desertificação. Ou, ainda, que a exploração cinegética, quando exercida em sistemas de silvo-

A parceria entre caçadores, gestores e cientistas é uma aliança subaproveitada e subestimada pelas organizações conservacionistas

pastorícia, **pode contribuir determinantemente para a prevenção de incêndios** e para a manutenção de habitats favoráveis a várias outras espécies silvestres, fomentando a conservação da biodiversidade local.

No entanto existem várias **ameaças sobre os recursos cinegéticos**. É bem sabido que as espécies cinegéticas (e outras) enfrentam hoje perturbações sistémicas motivadas por profundas alterações sociais que, desde logo, se

refletiram em alterações do uso da terra. Que a fragmentação e deterioração de habitats, a degradação e perturbação de nichos ecológicos, e a alteração inevitável da composição e estrutura das comunidades por pressão

antrópica colocam hoje ameaças e desafios ímpares às populações silvestres. Que a revolução de práticas agrícolas, motivada por exigências de mercados e por políticas comunitárias, conduziu à intensificação da exploração de muitos agrossistemas com o domínio crescente de monoculturas, ao abandono progressivo da produção cerealífera tradicional e da agricultura de sequeiro, à perda gradual do mosaico mediterrânico, juntamente com o declínio do montado. Que estas modificações da paisagem têm resultado na insuficiência crescente de recursos alimentares, água e abrigo para as espécies migradoras e sedentárias. Que as alterações climáticas ▶



Proibir a caça é um desincentivo ao associativismo, à socialização, à camaradagem, ao espírito de comunidade, às tradições e à recuperação de património.



X FEIRA DA CAÇA mértola
25»27
OUTUBRO'19

<http://www.capitaldacacatv.pt/>

MÉRTOLA capital nacional da caça **MÉRTOLA** CAMARA MUNICIPAL

- . GASTRONOMIA
- . CONFERÊNCIAS
- . CONCURSOS
- . ANIMAÇÃO
- . EXPOSIÇÕES
- . CAÇADAS

25Out.
CONFERÊNCIA 'SEGURANÇA EM CAÇA MAIOR' com Albert Ituren

26Out.
CORRIDA DE CÃES GALGOS
TIRO AOS PRATOS
MONTARIA DE CAÇA MAIOR
10ª TAÇA IBÉRICA
STº HUBERTO

27Out.
CAMPEONATO NACIONAL DE CAÇA DE SALTO
LARGADA DE PERDIZES, PATOS, POMBOS E FAISÕES



Sem caça, a desproporcionalidade nas abundâncias relativas de algumas espécies pode causar a supressão de efetivos de outras no limiar da sustentabilidade, devido ao excesso de predação e à competição por recursos.

severas, os fenómenos extremos, a desertificação e o abandono rural vieram para ficar, impactando de forma duradoura na quantidade, qualidade e disponibilidade de recursos naturais. Que as desconectividades da paisagem impostas por regimes intensivos de produção florestal e agrícola, os desvios de cursos naturais de água, a construção de barragens e estradas, e a introdução de grandes áreas de regadio, acumularam muitos outros obstáculos à sustentabilidade e resiliência naturais de muitas espécies de caça menor, enquanto criavam oportunidades de expansão para outras, as de

se veem confrontadas com um esforço de caça desajustado ao tamanho dos efetivos, com uma pressão cinegética que não atende à produtividade das populações e com uma gestão que desconsidera a necessidade de se manter uma adequada estrutura e composição das comunidades (rácios macho/fêmea, equilíbrio entre grupos de classes etárias e diversidade biológica). As más práticas (ou a ausência) de gestão e a caça não adaptativa, as práticas facilitadoras para aumentar estatísticas de abate, o desrespeito pelos ciclos biológicos, o incumprimento da duração das

pelas mudanças profundas acumuladas nos ecossistemas mediterrânicos ao longo das últimas décadas, tornando cada vez mais frequente e oportuna a pergunta se devemos continuar a caçar.

Para agravar o estado das coisas, **a imagem do setor da caça é hoje muito negativa**, angaria ódios e repulsa no Parlamento, na imprensa, nas redes sociais, e a consolidação dos movimentos e credos animalistas junto das populações urbanas torna cada vez necessário que o caçador justifique porque caça.

SE DEIXÁSSEMOS DE CAÇAR?

1 AS CONSEQUÊNCIAS NOS HABITATS E NA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS

Ainda que a suspensão temporária ou permanente da caça possa aparentar diminuir os declínios populacionais que se observam nalgumas espécies (coelho, perdiz-vermelha ou rola-comum), deixar de caçar e deixar de gerir territórios na perspectiva da exploração cinegética acentuaria a escassez de recursos naturais atualmente disponíveis para as espécies silvestres (cinegéticas e não cinegéticas).

As medidas de gestão tendo em vista a exploração cinegética melhoram a capacidade de sustentação dos habitats ao nível da disponibilidade de alimento natural, água, abrigo e locais de reprodu-

ção. A gestão cinegética que prevê o fomento e disponibilização de alimento natural para as espécies de caça mantém técnicas agrícolas tradicionais, instala culturas para a fauna, reforça planícies com pastagens de cereais ou culturas arvenses de sequeiro e/ou com faixas de leguminosas. A manutenção de faixas de vegetação autóctones, os desmatamentos, a implementação de zonas de pastagens em áreas de predominância de matagal e o incremento de ecótonos (efeito de orla) são medidas de gestão determinantes, não só na criação de condições de habitat mais favoráveis às espécies cinegéticas em declínio, como também beneficiam outras espécies silvestres e são essenciais para a prevenção dos incêndios florestais. A suplementação das zonas de caça com comedouros e bebedouros artificiais para animais silvestres, quando os pontos de alimentação e de abeberamento naturais são insuficientes ou inexistentes, é decisiva em períodos de escassez.

2 AS CONSEQUÊNCIAS NO CONTROLO DE POPULAÇÕES E EQUILÍBRIO ECOLÓGICO

Também a desproporcionalidade nas abundâncias relativas de algumas espécies pode causar a supressão de efetivos de outras no limiar da sustentabilidade, devido ao excesso de predação e à competição por recursos. A sobrepopulação pode ainda causar danos agrícolas, prejuízos económicos,

acidentes de viação, ou problemas sanitários com repercussões nos efetivos domésticos e consequentes limitações no acesso aos mercados externos, e/ou consequências na saúde pública. A proliferação de espécies que excedem a capacidade de carga dos territórios e que causam desequilíbrio ecológico, sem capacidade de auto-regulação natural, pode ser corrigida através de atos extraordinários de caça ou correção de densidades, apenas possíveis num regime onde existam caçadores e gestores cinegéticos. Muitas são as populações que atualmente estão em expansão na Europa, quer de ungulados quer de carnívoros. Manter o controlo da distribuição e da abundância de várias espécies é uma tarefa muito além da capacidade da Administração ou de qualquer projeto de investigação. E onde os caçadores podem e devem desempenhar um papel crucial.

3 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS

Proibir a caça é um desincentivo ao associativismo, à socialização, à camaradagem, ao espírito de comunidade, às tradições e à recuperação de património. É renegar aspetos genéticos e historico-socio-culturais da humanidade. Nos territórios onde deixou de haver caça, aumentou o conflito Homem-natureza, o abate ilegal e o furtivismo, o uso de venenos, e a pobreza das populações. Em África não faltam exemplos disto mesmo e onde a proibição da caça acentuou ainda mais os declínios de algumas espécies emblemáticas e a pobreza.

A caça, através dos seus efeitos socioeconómicos diretos, indiretos e induzidos, suporta milhares de empregos. Acabar com a caça traria desemprego, afunilaria oportunidades no mundo rural. Acentuaria a interioridade dos territórios e das populações mais desfavorecidas, bem como as desigualdades sociais e territoriais. Diminuiria a presença, e por conseguinte a vigilância, dos caçadores no terreno, a possibilidade de identificação precoce dos incêndios. A proibição da caça traria também consequências económicas ao Estado, que auferia taxas de licenças de caça, licenças das zonas de caça, carta de caçadores, licenças de uso e porte de arma, impostos sobre a aquisição de armas, munições, etc., o que indiretamente traria também efeitos sobre alguma

investigação aplicada aos recursos cinegéticos que se vai fazendo à conta de uma pequena parte desses fundos.

4 AS CONSEQUÊNCIAS NO CONHECIMENTO

A caça é uma ferramenta de gestão da vida selvagem, ajudando a equilibrar as populações de animais, propiciando oportunidades de monitorização, conhecimento e intervenção.

Ter caçadores e gestores no campo é ter uma oportunidade para a monitorização das espécies, para a recolha de dados biométricos, para a recolha de indícios de presença, para a colheita não invasiva ou *post-mortem* de material biológico, útil para análises genéticas, forenses e sanitárias, para a deteção precoce de espécies invasoras ou de eventos de doença ou surtos de mortalidade.

Em muitos países do Norte e Leste da Europa, os caçadores representam a espinha dorsal de programas de monitorização vastos que permitem avaliar tendências e dinâmica de populações ou caracterizar padrões de movimentação. No entanto, o enorme esforço que muitas vezes os caçadores investem na contribuição para estes estudos é pouco valorizado.

A parceria entre caçadores, gestores e cientistas é uma aliança subaproveitada e subestimada pelas organizações conservacionistas e a conservação moderna. A “ciência cidadã”, hoje tão promovida e difundida, teve de facto origem nesta colaboração entre a academia e os caçadores, que remonta há várias décadas em muitos países. Devemos aproveitar melhor o ato de caça para a recolha de informação, para a consolidação de conhecimento. ■

OPORTUNIDADES A NÃO DESPERDIÇAR

É importante que se diga que, para além das questões de ordenamento territorial, a gestão de propriedades na perspectiva da vocação cinegética pode ser uma estratégia de especialização e competitividade, um complemento à exploração agrícola, pecuária, ou outra. Organizar a propriedade tendo em vista um adequado sistema de ordenamento e de gestão cinegética é uma forma de ganhar escala, de gerar emprego, maior rendimento, e de assegurar viabilidade económica. E, enquanto salvaguarda do capital natural, é um passo essencial para a sustentabilidade ambiental que se pretende alcançar e de que hoje tanto se fala.

A gestão de propriedades com fins cinegéticos deve hoje ser acompanhada por conhecimento. Os limites de abate devem ser estabelecidos com base em censos regulares realizados antecipadamente nas zonas de caça e não na percepção empírica de que se tem mais ou menos “x” coelhos, “y” perdizes e “z” javalis. A gestão das populações deve ser assente em programas de monitorização sistemáticos que envolvam os caçadores e que impliquem os agentes que estão no terreno, em estreita articulação com a academia e a Administração; por programas que reforcem o conhecimento dos aspetos ecológicos, demográficos, reprodutivos e sanitários das populações cinegéticas e de outras espécies silvestres; que identifiquem os fatores que impactam negativamente sobre as espécies em declínio e as causas de morbilidade, mortalidade e baixas taxas de recrutamento; que permitam desenhar ações capazes de mitigar estas tendências de declínio e aumentar a sustentabilidade da exploração das espécies cinegéticas e dos territórios.

É fundamental na estratégia de recuperação de espécies silvestres e de compromisso no espaço natural, social, e político, exigida nos dias de hoje, que o caçador exerça a caça de forma sustentável e adaptativa. Hoje, perante as condições ecológicas existentes e perante as pressões sociais num mundo altamente mediatizado e à espreita em cada esquina, ser caçador ou gestor cinegético obriga a uma consciência, responsabilidade, compromisso, esforço de autorregulação e ética sem precedentes. É através da ética cinegética coerente e consistente que se poderá consolidar junto da sociedade-civil uma opinião favorável à caça e ao caçador. É também fundamental que se fomente e veicule que o animal caçado é plenamente respeitado e aproveitado, ou seja que a morte do animal não serve apenas um propósito frívolo, egocêntrico, desportivo, de lazer e de troféu, mas que a sua carne, pele, dentes, cornos ou hastes são devidamente empregues. O maior desafio da humanidade desde a sua origem (a de caçador-recolector) é o mesmo: a busca de alimento. Estamos hoje perante uma sociedade cada vez mais urbana, que perdeu as ligações rurais, mas que pressiona o mundo rural para o fornecimento de alimentos mais saudáveis, com maior qualidade e segurança, e mais ecológicos, sem impactos nos recursos que utilizam. **Esta é uma oportunidade para a carne de caça, cujo valor nutritivo e ecológico está bem assente, e é por isso uma oportunidade para o caçador e gestor.**

A exploração dos recursos cinegéticos exercida de forma ética e sustentável favorece efetivamente a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade. E uma gestão cinegética continuada, assente no conhecimento e na responsabilidade ambiental, pode ser determinante para manter ou restituir o equilíbrio das populações. Por ora, ainda compete a cada um de nós decidir se pretendemos gerir o que temos ou, se por força de circunstâncias várias, virá o tempo em que teremos mesmo de deixar de caçar.



A caça é uma ferramenta de gestão da vida selvagem, ajudando a equilibrar as populações de animais, propiciando oportunidades de monitorização, conhecimento e intervenção.